

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES
Encontro Nacional Sobre Inclusão
Casa dos Direitos Sociais, Lisboa, 16 de março de 2019

Mesa Redonda “A implementação do DL 54/2018 nas nossas escolas: a realidade!”

Intervenção de Rui Pedro Brandão

Docente do Ensino Regular no AE Escariz, Arouca

Muito boa tarde,

Começo este testemunho com uma breve contextualização da turma, da escola e do agrupamento de onde venho.

Leciono a turma do 3º ano da Escola EB1/JI de Chave, que integra o Agrupamento de Escolas de Escariz, concelho de Arouca. Trata-se de um estabelecimento com quatro turmas do 1º CEB, uma turma por ano de escolaridade, e dois grupos de Educação de Infância, 66 alunos do 1º CEB e cerca de 47 crianças do Pré-escolar. Para as 113 crianças do estabelecimento temos 4 professores do 1º CEB, 2 educadoras e mais uns quantos professores de apoio, totalizando, em horas, um horário docente mais.

Sobre o agrupamento importará dizer que se trata de um agrupamento com seis estabelecimentos, cerca de 800 alunos e que dispõe de uma Unidade de Ensino Estruturado do Autismo. Um pequeno agrupamento, se adotarmos a linguagem da administração educativa, um agrupamento com a dimensão adequada às necessidades dos alunos diria.

Aliás, na década e meia de existência, os resultados do agrupamento tanto nas avaliações internas como nas avaliações externas, tendo em conta o contexto sócio-económico, são bastante bons e são bastante bons, não por causa das medidas de política educativa da última década nem por causa da Educação Inclusiva vertida no DL 54/2018, mas sim porque o agrupamento e as escolas do agrupamento são de pequena dimensão, o que permite uma resposta pronta aos problemas que vão surgindo.

Sublinho esta ideia, no AE Escariz tem feito mais pela inclusão a dimensão ajustada das suas escolas do que as doutrinas educativas dos sucessivos Ministérios da Educação.

Regressemos à realidade da turma do 3º ano que leciono, concretamente aos problemas com os quais me deparo e o que me ofereceu o DL 54/2018 como resposta.

A turma do 3º ano é constituída por 18 alunos, cinco deles com dificuldades de aprendizagem, para os quais foram disponibilizadas seis horas de apoio educativo na sala de aula, cinco garantidas por uma professora do 1º CEB, por acaso com especialização na Educação Especial, e uma garantida por uma professora do grupo 120, Inglês do 1º CEB. O caso mais sério é de uma menina de nacionalidade estrangeira, a qual não tem qualquer domínio na língua portuguesa. Ou seja, pese as proclamações de que não há meninos com necessidades educativas especiais, tenho apenas dezoito meninos com necessidades educativas, cada um com as suas. Pois, é verdade, o problema é que as necessidades desta aluna, para ter sucesso, obrigam a que tenha mais horas de apoio, de modo especializado, recursos que não estão disponíveis...

Bom, dirão alguns, mas reprovar esta aluna o que resolverá??? Nada, concluirão outros. E até pode ser que seja assim. A verdadeira questão, porém, não é essa. A questão é que esta criança não sabe, não aprendeu, o que o currículo prescreve, e não aprendeu porque não teve direito a todos os recursos que as suas necessidades obrigavam. Ora, por muito boa que seja uma ideia, por muito inclusivo que seja o conceito de não há meninos com necessidades educativas especiais, apenas meninos, se à ideia não corresponderam os recursos exigidos, a ideia esvazia-se.

O DL 54/2018 não veio dar mais a quem precisa, como não veio a dar mais a quem precisa, não trouxe mais inclusão do que a que já existia. A questão não é nunca a nomenclatura mas os recursos disponíveis.

Dos alunos sinalizados podemos verificar que o processo de avaliação que a Equipa Multidisciplinar tem a seu cargo é absolutamente bizantino, são papéis sobre papéis, horas e horas de trabalho para os professores que fazem a sinalização e, mais ainda, para os membros da Equipa Multidisciplinar. E os alunos estão a ter mais apoio do que o que tinham? Não! Estávamos melhor do que com o modelo anterior e a CIF? Não! Os recursos já eram insuficientes e continuam. Só que burocracia não acrescenta recursos, consome. E a burocracia essa, sem dúvida, aumentou. Bem como todas as dúvidas inerentes a uma legislação palavrosa e extensa na prosa e nos modos...

E a situação só não é pior porque tem havido bom senso nas escolas. Manteve-se o que estava bem do ano anterior e, aos poucos, vai-se configurado a terminologia e a papelada com o novo DL. É, também, sina da Escola e do Professorado português, pese a fúria legisladora e os “novos mundos educativos” trazidos pela tutela, no terreno quem lá está vai resolvendo os problemas existentes e os que a lei traz. E isto acontece porque os professores portugueses são experientes, têm muitos anos de serviço.

Quanto à ideia de que temos uma velha escola, uma escola do século XIX e que agora, finalmente, com a nova ideia – Educação Inclusiva e Autonomia e Flexibilidade Curricular – os professores têm ao seu dispor condições para fazer uma escola melhor é falsa, no meu entender.

É falsa porque a Escola que temos não é a Escola do século XIX, em bom rigor não é sequer a Escola do século XX. Na Escola EB1 /JI de Chave os alunos têm acesso à piscina, trabalham a área das expressões, tanto na componente curricular como nas AEC, em espaços devidamente apetrechados para o efeito, têm uma cantina supervisionada por um nutricionista, utilizam semanalmente uma biblioteca.

No virar do século XX para o XXI, trabalhei em duas das últimas escolas rurais, Vila Viçosa – Espiunca, junto à nacional 225, que liga Castelo de Paiva a Castro Daire e em Albergaria da Serra, na serra da Freita, escolas de sala única, lareira ou salamandra a garantir o conforto mínimo para suportar a invernia, sem cantina, sem outros materiais didáticos que não o manual, sem acesso a espaços desportivos, a bibliotecas, etc.. Apenas e só o professor titular de turma e o velho quadro negro. Esta até poderia ser, pelas condições e recursos materiais que dispunha, uma escola do século XIX, apesar de só ter chegado às serras a meio do século XX e de lá ter partido cinquenta anos depois, no virar do milénio.

Mas o professor não era de todo do século XIX, tinha na sua formação abordado as várias correntes pedagógicas e tinha experimentado na sua prática diversas abordagens mais conservadoras ou mais progressistas. Poderia não ser um pedagogo moderno mas, não era, por certo, como não é hoje, mestre-escola nem regente escolar.

Com todas as suas insuficiências a Escola Pública ainda é inclusiva e a inclusão que tem, a inclusão que faz, faz graças aos professores e técnicos que lá trabalham e não ao DL 54/2018.

Permitam-me um exemplo. Não foi necessário DL 54/2018 para, há cerca de dez anos, na EB 1 de Cabeçais, no AE Escariz, criar e consolidar uma Unidade de Ensino Estruturado do Autismo, cujo trabalho a professora Ondina Maia, que está aqui na Mesa, pode atestar. Foi possível pela primeira vez naquela escola e naquele agrupamento, começar a integrar progressivamente os meninos autistas nas atividades e no trabalho das turmas.

E foi possível porque havia recursos – um psicólogo, um técnico ... - e porque esta inclusão foi sendo feita aos poucos. Aliás, é bom sublinhar, inclusão não é colocar um menino na sala com o grupo / turma, de manhã à noite, e já está. Não, isso muitas vezes configura mesmo uma situação de exclusão, o menino está no espaço da turma, mas não está integrado. É necessário, bom senso e ponderação. Mas para haver bom senso e ponderação dos professores e das escolas são necessárias condições para trabalhar, recursos.

Ora, o que faz falta, mesmo, são recursos. A nova ideia de educação inclusiva só ajuda se houver recursos. Sem isso a burocracia que traz prejudica a inclusão, alimenta-se a si própria, consome recursos. E no caso da Autonomia e Flexibilidade Curricular, se esta servir para “desunificar” o currículo, para o estratificar, dando aos fraquinhos, coitadinhos, um “currículozinho”, destinando-se o currículo para os melhores, isto não será inclusão, será exclusão, reprodução social.

Aliás, como pai estou muito preocupado com as experiências que vou vendo.... Está muito bem avançar com projetos e inovações, porém, os alunos têm que trabalhar e consolidar aprendizagens, quer se trabalhe de uma maneira ou de outra. Ora, trabalho e consolidação de aprendizagens nem sempre estão a acontecer. Muitas vezes o aparato, a voragem pelo mediatismo, é mais importante que uma formação sólida e verdadeiramente humanista.

E termino com isto: com as melhores intenções podemos estar a dar cabo da Escola Pública. A Escola Pública pela diversidade e missão está obrigada a levar cada um até ao máximo do que possa alcançar...Procuremos mais o impossível, que o possível... Uma escola de qualidade, exigente para todos, não se conformando com os limites de cada um, mas que todos terão de ir muito para além das suas capacidades. Baixar a exigência não será com certeza o caminho!

Muito obrigado!